

Saulo faz relatório ao Presidente criticando anteprojeto de Cabral

Foto de Sérgio Marques



O Consultor prepara o documento a pedido do próprio Presidente Sarney

BRASÍLIA — O Consultor-Geral da República, Saulo Ramos, entregará no domingo ao Presidente José Sarney um relatório com duras críticas ao anteprojeto do Deputado Bernardo Cabral, no qual condenará a adoção do parlamentarismo e todas as propostas de alteração do papel constitucional das Forças Armadas.

Ao adiantar ontem pontos do relatório, encomendado por Sarney, Saulo Ramos definiu o sistema parlamentarista como "a transformação do Legislativo em Executivo" e capaz de, na hipótese de permitir a reeleição, tornar o Primeiro-Ministro um "pequeno monarca". Além disso, Saulo acha que o parlamentarismo pode dar mais poder a um deputado eleito com pouco mais de 20 mil votos do que a um Presidente eleito com mais de 40 milhões.

Nesse sentido, ele lembrou que o próprio Presidente disse a Bernardo Cabral, na última terça-feira, que não desejaria transmitir ao seu sucessor o poder num sistema jurídico "em que ele não vai governar".

Segundo Saulo Ramos, o parlamentarismo "nega a separação dos poderes, uma das bases da democracia, pois é um regime que permite ao Legislativo tirar cargos da administração central".

— A exceção de Portugal, França e Itália, no caso dos regimes republicanos, o parlamentarismo não existe. Ele só funcionou em monarquias e em estados de regime unitário (sem estados-membros e com administrações regionais autônomas). Em sistema federado, só na Alemanha.

O Consultor-Geral também condena o texto de proposta do parlamentarismo no anteprojeto de Cabral especificamente quando prevê três

nomeações de Primeiro-Ministro caso o Congresso rejeite sucessivamente as indicações.

Em relação às Forças Armadas, é ainda mais crítico: nada deve mudar. Segundo afirmou, o papel constitucional das Forças Armadas está consagrado pela tradição brasileira e nunca ofereceu problemas.

— Por que tem que mudar aquilo que dá certo? — indagou.

No artigo 6º, conforme Saulo, o anteprojeto proíbe que o delegado de Polícia efetue prisões, dando exclusividade à autoridade judiciária. O trecho mais absurdo, segundo ele, é o parágrafo 56, que diz: "A Lei poderá estabelecer a responsabilidade penal de pessoa jurídica".

— Nesse caso, quem vai preso não é o diretor de uma empresa ou outro funcionário responsável, mas o estado da empresa — ironizou.

No artigo 25, que trata das garan-

tias institucionais, apontou outra "aberração": a possibilidade de vir a ser declarada inconstitucional a autoridade, e não um possível ato seu.

Como conclusão do relatório, adiantou que incluirá a seguinte afirmação: "A União fica inviabilizada porque tem suas despesas aumentadas e sua receita diminuída". Saulo foi extremamente crítico:

— Tem alguma coisa aproveitável, mas é um anteprojeto lamentável.

Depois de se dizer "espantado com os absurdos do texto de Cabral", passou a citar alguns que faz parte de suas anotações pessoais. No artigo 32, por exemplo, ele condena o retorno à "lei da Praia", que vem a ser a concessão de gratificações de "marajás" aos ex-pracinhas, sem indicar a fonte de receita. É chamada "lei da Praia" porque contempla até praças que deram plantões em postos de vigilância em praias brasileiras durante a guerra.

Quércia afirma que maioria é de centro-esquerda

SÃO PAULO — O Governador Orestes Quércia discorda da afirmação do Ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, de que os grupos de esquerda dominam a Constituinte, mas reconhece o direito do General a opinar sobre o assunto. Dizendo que a maioria é de "centro-esquerda", ele negou qualquer possibilidade de golpe e reafirmou que o presidencialismo é o sistema de governo mais adequado para que o Brasil não sofra retrocessos.

A única divergência do Governador em relação à fala de Leônidas na reunião ministerial de quinta-feira foi quanto à influência de grupos extremados sobre as decisões da Constituinte: "Acho que existe um pessoal mais aguerrido, mais agressivo talvez, mas não está dominando. A maioria é de centro e até de centro-esquerda, mas não de esquerda extremada".

— Não creio em golpe e acho inclusive que o Ministro está no caminho certo, porque queremos que o Brasil não sofra nenhum retrocesso nem intervenção das Forças Armadas no processo político, e para isso é até bom que haja o presidencialismo — acrescentou.

Ainda sobre a opção presidencialista do Ministro do Exército, destacou ser também a sua: "Acho que é muito importante até para se evitar que amanhã haja interferência das Forças Armadas no processo político e para que resguardemos o processo de abertura democrática". Ele não deseja — "seria muito ruim" — e nem crê na adoção do parlamentarismo. O Governador revela a intenção de lutar pelo atual sistema conversando com deputados ou mesmo com os demais Governadores do PMDB.

Sarney reitera a Aécio que agirá contra a proposta parlamentarista

BRASÍLIA — O Presidente José Sarney disse ontem ao Deputado Aécio Neves (PMDB-MG) que o anteprojeto de Constituição, elaborado pelo Deputado Bernardo Cabral, não representa o consenso das forças políticas e reafirmou que, através das lideranças, vai agir contra a proposta parlamentarista.

Aécio Neves contou, após audiência no Palácio do Planalto, que Sarney manifestou preocupação com o andamento da Constituinte, principalmente porque os trabalhos encontram-se praticamente na reta final, requerendo negociações mais intensas. Ao defender o presidencialismo, Sarney afirmou que os Constituintes não podem perder a oportunidade de

evidenciar no texto o fortalecimento do Legislativo.

— O Presidente quer um Legislativo forte, inclusive com poder de veto a Ministros e direito de legislar financeiramente. Ele está consciente de que terá que fazer uma negociação firme para manter o presidencialismo — completou o Deputado.

O Presidente informou ainda ao Deputado que o Consultor Geral da República, Saulo Ramos, está à disposição dos constituintes para colaborar, juridicamente, na elaboração de emendas capazes de consolidar um texto de consenso.

As críticas enérgicas feitas anteontem pelo Ministro do Exército, General Leônidas Pires Gonçalves, à con-

dução dos trabalhos da Constituinte também fizeram parte da conversa entre Sarney e Aécio. Segundo o Deputado, o Presidente está consciente da repercussão do discurso do Ministro junto aos constituintes.

— Eu disse ao Presidente que as palavras do Ministro do Exército vão provocar sérias reações na Constituinte. Acho que ele tem suas preocupações, tem o dever de manifestar as suas apreensões, mas cabe aos constituintes definir o que é melhor para o País. Não acho que a Constituinte está sendo dominada por uma minoria organizada, principalmente porque ainda teremos muitas negociações pela frente — concluiu o Deputado.

Chiarelli não vê motivo para tanta polêmica

PORTO ALEGRE — O Líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli, afirmou ontem que o pronunciamento do Ministro do Exército, General Leônidas Pires Gonçalves, durante a reunião ministerial de quinta-feira, "não deveria provocar o assombro que causou". Tendo participado da reunião, ele acredita que com sua intervenção o General não impôs qualquer diretriz aos constituintes, apenas exerceu um direito que tem como Ministro.

Chiarelli lembrou que Leônidas iniciou seu discurso esclarecendo que como Ministro do Exército também exerce uma função política e por isso iria tratar de assuntos políticos. Disse, também, que o destaque dado à intervenção do Ministro do Exército "foi uma reação cultural, resultado de condicionamentos históricos de quem ouve ou divulga".

Segundo o Líder do PFL, Leônidas Pires Gonçalves apenas fez um alerta que julgou necessário sobre a ação de minorias radicais na Constituinte. Ele concorda que esses grupos são muito atuantes, tentando vender suas propostas, mas garantiu que não terão sucesso justamente por serem radicais e minoria.

Embora considere que um terço do anteprojeto de Bernardo Cabral necessita ser aperfeiçoado, Chiarelli não teme a ação das lideranças radicais. Afirmou, a propósito, que os constituintes foram suficientemente alertados para fazerem uma Carta moderna, produto das aspirações médias da sociedade brasileira. E acrescentou que o texto final não conteria imposições das maiorias e muito menos de minorias.

Embora seja parlamentarista, Carlos Chiarelli não está contente com a forma como o sistema está definido no anteprojeto de Bernardo Cabral. Ele teme que a preocupação em compatibilizar interesses, com a entrega de alguns poderes ao Presidente da República, acabe provocando "um domínio no exercício do poder, o que pode gerar conflitos internos no Governo". Acha, por outro lado, que o parlamentarismo já teve aceitação maior. A seu ver, "nos últimos 30 dias a ação sobre os constituintes alterou o quadro anterior".

Entretanto, ele considera legítimas as pressões e defende uma ação semelhante por parte dos adeptos do parlamentarismo para que esse sistema de governo seja aprovado. O Senador negou que tenha sofrido qualquer pressão do Presidente José Sarney em favor do presidencialismo.

Grupo acha que projeto avança na economia e atrasa no social

BRASÍLIA — O "Grupo Interpartidário", coordenado pelo Deputado Euclides Scalco (PMDB-PR), concluiu, numa primeira avaliação, que o substitutivo do Relator Bernardo Cabral implica avanços no capítulo da Ordem Econômica, especialmente no tocante à reforma agrária, e retrocessos nas questões ligadas à Ordem Social, onde, segundo alega o grupo, Cabral abandonou a maioria dos pontos aprovados nas subcomissões e comissões temáticas.

Tendo apresentado emendas aos temas polêmicos do primeiro anteprojeto, integrantes do grupo decidiram ontem trabalhar em conjunto com o "Grupo dos 32", responsável pelo projeto "Hércules". Eles querem identificar os pontos de divergências entre os dois grupos e o substitutivo de Cabral.

Na reunião, os "progressistas" do "Grupo Interpartidário" afirmaram que não pretendem abrir dissidência no consenso já obtido. A maioria entende que a esquerda pode definir o que seria ideal no projeto de Constituição, mas só através das negociações patrocinadas pelo "Grupo Interpartidário" será possível garantir a inclusão de suas teses. Ficou decidido que haverá um estudo minucioso do anteprojeto. Integrantes do grupo, entretanto, desde logo adiantam que a maioria das novas emendas será aditiva, incluindo novamente no texto questões descartadas pelo Relator.

Em outra reunião, o grupo parla-



O 'Grupo Interpartidário' avalia o projeto na sala da Liderança do PMDB

mentarista liderada pelo Senador Afonso Arinos decidiu, por razões operacionais, subdividir-se em dois grupos de trabalho que se ocuparão da articulação política e de adaptar a proposta de parlamentarismo incluída no substitutivo. A idéia é encaminhar textos alternativos que facilitem as negociações e garantam a vitória da tese na Assembléia.

Um dos grupos, a Comissão de Mobilização e Articulação Política, reúne os Líderes do PMDB e do PCB na Câmara, Luiz Henrique (SC) e Roberto Freire (PE), e os Deputados Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), Bonifácio de Andrada (PDS-MG), José Maria Eymael (PDC-SP) e Joaquim Beviláqua (PTB-SP). A eles caberá contactar o maior número possível

de constituintes, a começar pelos coordenadores e lideranças dos partidos.

Os integrantes desse grupo deverão fazer ainda um levantamento do número exato de parlamentares favoráveis ao novo sistema, acompanhado de um diagnóstico sobre a versão preferida de parlamentarismo: puro ou atenuado. Apoiada nesses dados, a Comissão vai sugerir alterações na proposta de Arinos acatada pelo Relator.

Numa primeira contagem, considerada superficial, o grupo concluiu que a Emenda Arinos terá mais de 50 votos na Sistematização, saindo vitoriosa. No plenário, esperam contar com 300 votos.

Waldir quer PMDB liderando transição

SALVADOR — O PMDB deve assumir definitivamente a liderança do processo de redemocratização nacional, que ainda corre o risco de retrocesso se perder o apoio da sociedade, adverte o Governador da Bahia, Waldir Pires, em um documento que será discutido por todos os governadores do partido na reunião que terão no Rio de Janeiro, provavelmente na primeira quinzena de setembro.

Pires, que exorta governadores, deputados, prefeitos, vereadores e militantes do Partido a se engajarem nesta tomada de posição, faz outra advertência: somente a partir da promulgação da nova Constituição ocorrerá a renovação institucional que encerrará o ciclo histórico do autoritarismo no Brasil. O documento foi elaborado a pedido de um grupo de governadores e começou a ser analisado ontem, em Recife, pelos governadores do Nordeste.

"Não existe nenhum outro partido que disponha, a curto e médio prazos, do potencial e da história do PMDB, para cumprir a tarefa de definir uma estratégia política firme, que subordine as ações presentes ao objetivo final", diz o Governador da Bahia, acrescentando que é preciso fortalecer o PMDB e "compatibilizar sua participação no aparelho de Estado com o dever de liderar ações de Governo".

E alerta: "O apoio da sociedade à construção democrática é ainda grande, mas tende a enfraquecer-se. A dissociação entre a sociedade e a representação política pode aumentar e até crescer, na ausência de perspectivas políticas e sociais e de um horizonte de engajamento democrático profundo, ameaçando-nos com o restabelecimento dos riscos da regressão autoritária na primeira crise grave, social, econômica ou de governabilidade, que eclodir". ANC 88